

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico – Turma 11

No Brasil e no mundo um dos grandes desafios das cidades no século XXI será a mobilidade urbana

Mario Carlos Silva Lopes (*)

Após dezessete anos de discussões e nos primeiros dias do ano de 2012, a Lei de nº 12.587, foi sancionada pela Presidenta Dilma onde institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana revogando dispositivos dos Decretos – Leis da CLT buscando promover o acesso universal à cidade e contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável, em observância aos princípios formulados na Conferência Nacional das Cidades em 2004: acessibilidade universal, participação e controle social, desenvolvimento sustentável das cidades e outros...

A aprovação da lei revela-se, portanto um importante marco no avanço das questões relativas ao acesso pleno dos cidadãos à cidade, melhorando e tornando mais acessíveis os diferentes modos de transporte, visando à mobilidade dos cidadãos e cargas nos estados da União. Esclarecendo também os direitos dos usuários, como o de ser informado, nos pontos de embarque e desembarque, sobre itinerários, horários, tarifas dos serviços e modo de interação com outros modais inclusive sobre as regras que definem as tarifas cobradas.

De acordo com a nova política, os entes federativos poderão fazer uso de instrumento de gestão como restrição ao acesso de veículos motorizados em locais e horários, como acontece com o rodízio de carros na cidade de São Paulo e caminhões no Rio de Janeiro. Prevê aplicação de tributos para utilização da infraestrutura urbana no sentido de desestimular o uso de determinados serviços e modos de mobilidade garantindo que os recursos obtidos sejam exclusivamente aplicados ao transporte público coletivo e não motorizado e no financiamento do subsídio público da tarifa de transporte público. Cabendo também aos entes federativos estipular padrões de emissão de poluentes para locais e horários determinados, monitorar e controlar as emissões dos gases de efeito local e estufa restringindo os acessos a vias com índices críticos de poluição. Poderão, ainda dedicar espaços exclusivos nas vias públicas para transportes coletivos e não motorizados e estabelecer políticas para estacionamentos privados e públicos.

Existe, atualmente, uma grande preocupação quanto ao uso excessivo do automóvel e principalmente os impactos no meio ambiente que são causados por este tipo de transporte. Observamos que nas grandes cidades, os congestionamentos nos principais corredores de transporte, e que têm como consequência uma redução da mobilidade urbana e um aumento cada vez mais da poluição atmosférica e sonora, diminuindo a qualidade de vida da população atingida.

Quando o tema é transporte numa conversa, palestra ou seminário existe sempre um consenso que a mobilidade urbana deverá ser melhor. Para alguns, a esperança era a Copa do Mundo da FIFA que poderia colocar transportes eficientes e aeroportos eficazes nas cidades sedes do campeonato mundial. O maior legado para a população é hoje o maior problema no planejamento da organização.

Reportagem no Estadão prova que nenhuma das 50 obras de mobilidade urbana prometidas em 2010 foram concluídas, 13 foram retiradas do compromisso com a FIFA (organizadora) e das 37 que permaneceram na matriz de responsabilidade dos entes Federais e Estaduais tiveram o seu cronograma alterado sendo que 19 sofreram mudança de orçamento levando o investimento inicial de R\$ 11 bilhões em 2010 para R\$ 8 bilhões no final de 2012. Apesar do discurso político da Presidente Dilma no Ceará em novembro do mesmo ano dizer “que o dinheiro não é grande problema para que o país invista mais em mobilidade urbana e amenize os problemas das grandes cidades”.

Estas intervenções em mobilidade urbana foram sempre defendidas como um legado da Copa para o dia a dia dos Cidadãos como os grandes estádios... O grande poder de argumentação mantido foi que o poder público investe em obras de infraestrutura para que depois da Copa os benefícios pudessem ser usufruídos pela população. Na capital Salvador, a matriz original trazia a previsão de apenas uma obra viária ligando o aeroporto ao acesso norte da capital baiana. A intervenção foi cancelada e a obra viária foi substituída faltando menos de cem dias para o evento.

O tema mobilidade urbana é palco para tudo e continua sendo grande alvo de promessas. Mobilidade é conseguir se locomover com facilidade da sua casa para o trabalho, do trabalho para o lazer e para qualquer outro que o cidadão tenha vontade ou necessidade em transporte seguro, eficiente e por que não politicamente correto. Não devemos confundir com a famosa cláusula pétrea da Constituição Federal, o que significa dizer que não é o chamado direito de “ir e vir”.

O processo de urbanização no Brasil, assim como em outros países, aconteceu de maneira acelerada e desordenada, regida pela falta de planejamento urbano sendo que o maior problema desta expansão cai na conta do deslocamento diários da questão da mobilidade urbana.

Os congestionamentos com perda de milhões de reais em desperdício de combustível e principalmente o tempo nas migrações de casa-trabalho ou trabalho-casa na qual diariamente milhares de trabalhadores são submetidos em diversos transportes em condições desconfortáveis, até mesmo naqueles que deveriam ser soluções (trem – metrô) e com o contraponto de aumento de 400% na frota de veículos do Brasil. Apresentando uma nova condição por parte das prefeituras, estados e União e por que não dizer da sociedade na busca de soluções imediatas com uma saída única na busca de transportes coletivos de qualidade e não poluentes integrados ao sistema inteligente de trânsito.

Diversos países executam políticas neste sentido há anos e a Comunidade Européia vêm desenvolvendo trabalhos desde 1995 com a intenção de diminuir as perdas anuais e os danos ambientais e familiares. A European Environmental Agency – EEA , observa dentro do aspecto ecológico da sustentabilidade, que as necessidades dos habitantes



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

das cidades devem ser providas sem impor demandas insustentáveis a nível local, tanto quanto ao sistema ecológico global. Isto porque a área total necessária para sustentar uma cidade moderna é muito maior que a cidade em si, logo, o impacto causado pelo funcionamento da mesma vai além dos seus limites. Algumas cidades projetadas dos Emirados Árabes e Ásia são planejadas neste conceito e alguns trabalhos na Comunidade Européia defendem e são desenvolvidos neste conceito, como o PROPOLIS (2000), TRANSLAND (2000) TRANSPLUS (2002) - www.transplus.net e o WGSUT (2004) que visam identificar estratégias para um transporte e ocupação urbana visando à sustentabilidade.

No Brasil e no mundo um dos grandes desafios das cidades no século XXI será a mobilidade urbana, principalmente no que se refere aos transportes de massa, uma vez que está provado que a era dos deslocamentos em carros está no seu fim, com as avenidas mais caóticas e a qualidade de vida em queda. Enfim, acordamos mesmo após anos de discussões idiotas por políticos em detrimento da técnica. Espero que agora em diante aconteçam mudanças.

() Mario Carlos Silva Lopes é Assessor na Cia. Transportes sobre Trilhos - RioTrilhos*